



VII Conseju RS - 27 a 30 de julho de 2023

Internacional
Equador e o Bem Viver
na Constituição

Pág
02

VII Conseju RS
Confira quem já
confirmou presença

Pág
03

VII Conseju RS
Informações sobre o
Congresso

Pág
04

Um chamado à categoria

Após seis anos sem realizar um congresso presencial, a direção do Sindjus retoma esta instância de deliberação em 2023 chamando a categoria para discutir e refletir sobre “O Bem viver e a radicalidade de sonhar outros mundos”. Nosso último congresso, realizado em dezembro de 2017, teve como tema “O Futuro dos Servidores do Poder Judiciário”. Tivemos nesse período muitos obstáculos e muitas pautas importantíssimas para a categoria.

Em 2019, a categoria decretou a maior greve de sua história, pela defesa de sua dignidade e pela não extinção do seu principal cargo; unidos, servidores de todo o estado ficaram 52 dias de braços cruzados e lutando. No final, com umas de nossas maiores vitórias, derrotamos o PL 93 e a política de intransigência da Administração do Tribunal de Justiça (TJRS), capitaneada pelo então presidente Carlos Eduardo Zietlow Duro.

No início de 2020, a pandemia do coronavírus abalou a sociedade, e na impossibilidade de estarmos unidos presencialmente fomos desafiados manter a luta pela via virtual e construir um Plano de Carreira, com intensa participação da direção do Sindicato, que foi fundamental para hoje termos a Lei 15.737/2021.

Agora temos um outro desafio para esta categoria que sabe o que é lutar: nosso congresso, que acontece de 27 a 30 de julho de 2023, com o tema “O Bem Viver a Radicalidade de Sonhar outros Mundos”.

Já na primeira mesa, uma importante questão para enfrentarmos. **Justiça para quem? O bem viver como Direito Fundamental**, a discussão sobre o papel da juventude e da experiência na organização sindical, com olhar para as tecnologias no contexto do bem viver, além da pauta de reivindicação e o plano de lutas da categoria. Ao longo do evento, diversos assuntos igualmente necessários e urgentes serão debatidos e para essa construção é **fundamental que possamos estar novamente unidos de maneira presencial**.

Em momentos como estes, que travamos debates fundamentais para ampliar nossa consciência de classe e nossa potência de mobilização. Na construção coletiva, nos fortalecemos, a categoria cresce e apresenta suas melhores ideias para o plano de luta. **É a partir deste evento e deste plano que nortearmos nossa caminhada no semestre e nos próximos anos**. Por isso, sua contribuição é essencial. Venha participar como delegado(a) neste VII Conseju/RS e semear a construção do Bem Viver também no Judiciário.

EXPEDIENTE

LUTAR É PRECISO
JORNAL DO SINDICATO DOS
SERVIDORES DA JUSTIÇA DO RS

CONSELHO EDITORIAL:

Marco Aurélio Velleda (Diretor de Imprensa e Divulgação), Juliana Campani (MTB 15.501) e Joice Proença (MTB 16.383)

Projeto Gráfico
e Diagramação:

Tiragem:
3.000 exemplares

Grupo REC

Equador e suas lições para a América Latina

O conceito de “bem viver” remete ao modo de vida das comunidades tradicionais, principalmente ameríndias, e engloba todos os aspectos da convivência entre pessoas e o ambiente, numa lógica de respeito e equilíbrio. No entanto, ela encontra semelhanças com diversas civilizações que se desenvolveram ao redor do mundo, ainda que ao longo dos tempos essa filosofia de vida e de convivência com o planeta tenha sido suplantada pela visão exploratória e destrutiva promovida pelo sistema capitalista.

No Equador, esse conceito não é apenas uma forma de pensar, mas uma construção real que pressupõe uma mudança na maneira de estabelecer conexões entre pessoas e o mundo, levada a sério ao ponto de ser incorporada à Constituição do país. O economista equatoriano Alberto Acosta é um dos principais defensores da filosofia, apontada por ele e diversos estudiosos como única forma possível de superar o neoliberalismo, suas contradições e efeitos nefastos para os povos e o planeta. Acosta foi Ministro de Minas e Energia do Equador, autor de livro sobre o tema e presidiu o processo constituinte que incluiu o conceito na Carta Magna do país.

Apesar desse importante avanço, o ideal do bem viver ainda não foi atingido no nosso

irmão latinoamericano. Hoje, nas mãos de um grupo político de direita alinhado aos interesses neoliberais, o país, que décadas atrás sofreu os efeitos da dolarização da economia (a exemplo de vizinhos do continente), tem atravessado momentos conturbados e atualmente vive uma forte crise política e institucional. Envoltos em denúncias de corrupção e sem credibilidade junto à maioria da população, o presidente Guillermo Lasso dissolveu o Parlamento equatoriano a fim de evitar seu impeachment, numa manobra para antecipar o processo eleitoral.

Com uma composição bastante miscigenada (mais de 65% da população é de mestiços, pouco mais de 10% de brancos e cerca de 7% de indígenas), o Equador também precisa fazer um resgate político e social da sua memória e da sabedoria de seus antepassados e buscar soluções definitivas para superar a lógica do sistema capitalista que fomenta a histórica desigualdade social. Mesmo com todos problemas, o passo dado pelo país ao propor o conceito do bem viver em seu pacto constitucional fortalece o sentimento de luta por uma mudança real. Uma nova realidade é possível, e ela pode surgir a partir da veia revolucionária da América Latina.



Nacional Povos tradicionais cultivam os saberes do bem viver

Para os povos originários, a relação com o meio ambiente é de pertencimento e respeito, e não de exploração desenfreada. Antes do massacre anti-civilizatório promovido pelo colonizador europeu, os povos tradicionais no Brasil estabeleciam sua forma de existir plenamente integradas ao ambiente, baseadas na vida coletiva e na consciência de fazer parte da natureza, em profunda comunhão. Os povos guarani, por exemplo, cultivam o modo de vida tradicional, passado de geração a geração através da oralidade, e assim buscam manter viva a sabedoria ancestral do bem viver, que em seu idioma é chamado de *tekó porã*.

Há necessidades urgentes no país, como conter o massacre dos povos indígenas levado a cabo por interesses financeiros e seus operadores políticos e econômicos (especialmente nos últimos anos), além de estabelecer políticas públicas efetivas para a promoção da saúde, qualidade de vida e defesa de seus territórios. Mas para além dessas urgências, é essencial que se evidencie a vasta contribuição desses povos para a preservação da natureza e seu papel de guardiões legítimos dos saberes ancestrais que preservam o que há de mais avançado e de mais valioso para a sobrevivência de nosso planeta.

O VII Congresso Estadual dos Servidores do Judiciário (VII Conseju/RS), com o tema "Bem viver e a radicalidade de sonhar outros mundos", acontece entre os dias 27 a 30 de julho, no Novotel, em Porto Alegre.



✓ CONFIRA QUEM JÁ CONFIRMOU PRESENÇA:



Juliana Gonçalves, cuja obra é o tema de nosso Congresso, tem 36 anos, se descreve como "uma mulher negra em movimento, é mãe, jornalista, candomblecista, bissexual, feminista negra, periférica, afrolatina, quiçá um corpo livre". Mestre em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2022), onde pesquisou o significado do Bem Viver para mulheres negras.

"A academia segue sendo um espaço de luta a ser conquistado, mas me considero mesmo uma militante do Movimento Negro. Há cerca de 15 anos que me tornei consciente politicamente e desde lá fui formada pela militância negra, sobretudo por mulheres negras de luta. Desde 2013, integro a Marcha das Mulheres Negras de SP, onde desde 2018 coordeno o curso de formação política para mulheres negras chamado Narrativas de Liberdade. Por revolta e convicção de que precisamos ocupar os espaços institucionais, após o assassinato de nossa irmã Marielle Franco, me engajei na campanha de Erica Malunguinho no estado de São Paulo. Fiz parte da coordenação política da Mandata Quilombo liderada por Malunguinho e estive chefe de gabinete até o final da Mandata, neste março de 2023. Em 2022, coordenei a campanha a deputada estadual da grande ativista independente Neon Cunha, que obteve mais de 35 mil votos, com votação expressiva em mais de 70% dos municípios do estado. Atualmente coordeno projeto inovador na área da Comunicação na Casa Preta Hub."



Paulo Galo, líder do movimento dos Entregadores Antifascistas, militante contra a precarização do trabalho e uberização, realiza trabalho de base nas periferias de São Paulo através da religiosidade, batalhas de rap, esporte e grupos de estudo.

Foto: Scarlett Rocha



Thiago Ávila, comunicador popular, ativista do socioambientalismo, internacionalista, divulga e informa sobre o bem viver na prática por meio do canal Bem Vivendo no Youtube.



Karen Luise Vilanova Batista de Souza, juíza de Direito. Mestre em Direitos Humanos. Com forte atuação na defesa dos Direitos Humanos e na luta antirracista. Professora na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Supervisora do Programa de Equidade Racial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), integra o Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial da instituição.



Karen Santos,

professora de educação física formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vereadora em Porto Alegre pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), líder do movimento coletivo Alicerce.



Everton Gimenis,

líder sindical, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região (Sindbancários). Vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores no RS (CUT-RS).



Lênio Streck, jurista, professor de Direito Constitucional e pós-doutor em Direito pela Universidade de Lisboa. Membro catedrático da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst) e membro da comissão permanente de Direito Constitucional do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), sócio do escritório Streck e Trindade Advogados Associados.



Emanuel Dall'Bello, advogado, diretor Jurídico do Sindjus/RS, coordenador da Região Sul da Fenajud, vice-presidente do Centro de Estudos e Pesquisas em Trabalho Público e Sindicalismo - Fazendo Escola.

VII CONSEJU - O Bem Viver e a radicalidade de sonhar outros mundos

Está aberto o prazo para as eleições de delegados e observadores para participar do VII CONSEJU. As comarcas e locais de trabalho deverão realizar a escolha até o dia 16 de junho, conforme as orientações que constam

na seção especial sobre o evento no site do Sindjus. Para participar, é preciso ser sindicalizado(a) e estar em dia com as obrigações financeiras junto ao Sindjus. **A estrutura do evento contará com Espaço Kids para crianças**

com até 12 anos incompletos. Os(as) delegados(as) e observadores(as) que vierem acompanhados de filhos(as) devem enviar email para congresso@sindjus.com.br informando nome e idade da criança.

SOBRE O CONSEJU

Importante instância de deliberação do Sindjus/RS, o Congresso é órgão de ampla orientação político-sindical do movimento de lutas dos servidores do Poder Judiciário e o fórum de discussão das questões gerais de classe (conforme art. 52 ao 56 do estatuto do Sindicato). Para este congresso, além dos temas propostos como orientação de debate, a categoria terá um dia inteiro para pensar coletivamente a pauta de luta e estratégias

para guiar a direção do Sindjus/RS para o próximo semestre e início de 2024.

Como eixo norteador do VII Conseju/RS, estamos apresentando o conceito do Bem Viver, ideal de sociedade construída pelos nossos antepassados há mais de 500 anos e que até hoje não se concretizou em sua plenitude. Neste período, as desigualdades

aumentaram, o meio ambiente foi severamente degradado, a vida e as relações de trabalho foram duramente precarizadas dentro da lógica do novo paradigma trazido pelas novas tecnologias. O tema será abordado sob inúmeros prismas pelos convidados, que trarão elementos para dialogar com os delegados(as) e observadores(as) eleitos(as) entre a categoria.

“O BEM VIVER E A RADICALIDADE DE SONHAR OUTROS MUNDOS”

RODAS DE CONVERSAS:

>>Justiça para quem? O bem viver como Direito Fundamental;

1º eixo de debate: A atuação do Sistema de Justiça na defesa da Democracia, do Estado e dos Direitos Sociais

2º eixo de debate: Qual o papel da justiça frente aos movimentos de Raça, Gênero e LGBTQIAPN+

>>As lutas no campo, na floresta, na cidade e a preservação do meio ambiente no contexto do bem viver (MLCFC);

1º eixo de debate: Proteção dos biomas,

reforma agrária, monocultura, agrotóxicos, grilagem

2º eixo de debate: Territórios, demarcação, defesa da cultura, povos originários

3º eixo de debate: Desigualdade, segregação social, desemprego, precarização do trabalho

>>O papel da juventude e da experiência na organização sindical diante da tecnologia no contexto do bem viver;

>>Pauta de reivindicação e plano de lutas da categoria e Reforma Estatutária.

CRONOGRAMA

Eleição de delegados e observadores:

16 de maio e 16 de junho

Apresentação de teses:
De 17 de junho a 3 julho

VII ConsejuRS:
27 a 30 de julho - PoA



NÚCLEO DOS APOSENTADOS DO JUDICIÁRIO ESTADUAL RS

NAP



OFICINA DE INCLUSÃO DIGITAL DO SINDJUS TEM PRIMEIRA EDIÇÃO EM PELOTAS

O dia 26 de maio marcou o início de um importante projeto destinado às aposentadas e aposentados do Judiciário: a realização da primeira Oficina de Inclusão Digital do Sindjus.

Em uma ação idealizada pelas secretarias de Comunicação e Formação e com o apoio do Núcleo de Aposentados do Sindjus (NAP), serão realizadas até o fim da gestão, oficinas nas dez regionais do Sindicato. A iniciativa tem o objetivo de auxiliar na utilização das redes sociais e proporcionar mais autonomia para o uso de ferramentas digitais.

Com forte organização das aposentadas e aposentados, a região de Pelotas foi a primeira a sediar a atividade. A oficina foi conduzida pelo especialista em mídias digitais Lúcio Uberdan, proprietário da Bateia Mineração de Dados, que ao longo da tarde do dia 26 de maio esclareceu dúvidas e deu dicas de melhor utilização das ferramentas como WhatsApp, Facebook e Instagram.

Atenção, Passo Fundo e Região!

A próxima Oficina de Inclusão Digital para Aposentadas e Aposentados será em Passo Fundo no dia 31 de agosto.

Para participar basta levar para a Oficina um smartphone ou notebook e ser de um dos municípios que integram a região. Informações sobre ressarcimento com transporte estão disponíveis no site: www.sindjus.com.br/ressarcimento

Com um público muito engajado e participativo, Uberdan dividiu a Oficina em dois momentos. Na primeira parte, uma apresentação com conceitos básicos sobre plataformas tecnológicas, ferramentas e as redes sociais, pontos positivos e negativos, como afetam e modificam as relações pessoais e as rotinas.

No segundo momento, com seus próprios celulares, as aposentadas e aposentados colocaram em prática as dicas de utilização, postagens e atualizações, além de testar ferramentas.

Inclusão Digital

A Oficina é a primeira parte de uma série de ações que estão sendo planejadas para a inclusão das aposentadas e aposentados no meio digital. As tecnologias estão cada vez mais presentes, seja nas relações familiares e com amigos, em transações bancárias e, inclusive, no dia a dia das atividades do Sindicato. Por isso é importante a promoção dessas ações e o engajamento da categoria.

Comarcas que integram a região: Passo Fundo, Carazinho, Casca, Constantina, Erechim, Espumoso, Gaurama, Getúlio Vargas, Guaporé, Ibirubá, Iraí, Lagoa Vermelha, Marau, Marcelino Ramos, Não-Me-Toque, Nonoai, Planalto, Ronda Alta, Sananduva, Santa Bárbara do Sul, São José do Ouro, São Valentim, Sarandi, Soledade, Tapejara e Tapera.

VEJA ALGUNS DEPOIMENTOS:

A Oficina foi um sucesso, superando as expectativas em relação ao conteúdo. O instrutor Lucio Uberdan agradeceu mesmo.

Márcia Ferro Amaro

Tudo ótimo, uma grande experiência e aprendizado.

João Paulo Martins

ADOREI o curso!! Vocês estão de parabéns, mais uma vez!!! O professor é ótimo!!!

Eliana Uszacki



SINDJUS ESTÁ AJUIZANDO AÇÕES INDIVIDUAIS SOBRE AVANÇOS E ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO MUNICIPAL OU FEDERAL



JURÍDICO

O Sindjus, através da COP Advogados, está ajuizando ações individuais para buscar o correto pagamento dos anuênios e adicionais por tempo de serviço público relacionados a alteração na legislação estadual, que passou a proibir a contagem de tempo de serviço público municipal ou federal para a concessão de vantagens temporais, como avanços e adicionais.

Na norma, foi estabelecida regra transitória, preservando o tempo anterior. Por exemplo, supondo que o servidor tenha ingressado no serviço público estadual com 13 anos de serviço público federal, desta forma bastariam mais dois anos para obtenção do adicional por tempo de serviço de 15%. Conforme a regra de transição, estariam preservados esses 13 anos, desde que

prestados até 06/03/2019.

Contudo, causando prejuízo aos servidores, o entendimento adotado pela Administração é que caso o tempo para a vantagem temporal não tenha sido implementado integralmente antes de 06/03/2019, o período é integralmente descartado, sendo preservado apenas (e proporcionalmente) para os avanços adquiridos antes da data limite.

Os efeitos da interpretação prejudicial começam a ser sentidos agora, pois no período recente, ocorreram alterações normativas que impactaram diretamente a contagem das vantagens temporais. Com a Emenda Constitucional nº 78/2020 foram extintas as vantagens temporais, permitindo apenas o recebimento proporcional da

última vantagem em período aquisitivo. Já a Lei Complementar nº 173/2020 suspendeu para efeitos de vantagens temporais a contagem do período entre 28/05/2020 e 31/12/2021.

Desse modo, a partir de janeiro de 2022, para muitos servidores estaduais iniciaria a contagem regressiva para a inclusão das últimas vantagens temporais adquiridas, contudo, aos que contam com tempo municipal ou federal anterior – ainda que já averbado e contabilizado para outras vantagens, como avanços anteriores – o prejuízo pode ser bastante significativo.

A COP Advogados está à disposição para mais informações aos servidores sindicalizados: (51) 3212.7877 ou cop@copadvogados.com.br.

DEFESA DOS INTERESSES DOS SERVIDORES: CONFIRA O ANDAMENTO DOS PRINCIPAIS PROCESSOS JUDICIAIS

A defesa jurídica das servidoras e servidores do Judiciário é um dos principais focos da atuação do Sindjus, tanto no âmbito judicial quanto extrajudicial. Com o

objetivo de informar e atualizar a categoria sobre a tramitação das principais e mais recentes ações judiciais promovidas pela assessoria jurídica do Sindicato, na tabela

abaixo compartilhamos o boletim informativo com o objeto das ações e suas últimas movimentações atualizadas até 31/05/2023.

Partes	Tipo de ação	Objeto	Movimentação
Sindjus X ERGS	Reclamatória Trabalhista	Correção do salário dos celetistas	Aguarda julgamento de Agravo no TST
Sindjus X ERGS	Ação Civil Pública	Direito à implantação de vantagens por tempo de serviço (inaplicabilidade do art. 8º da LC 173/20)	Sentença de extinção, Interposta Apelação pelo sindicato, aguarda julgamento
Sindjus X CEF	Ação Coletiva	Atualização do FGTS	Sobrestado
Sindjus X IPERGS	Ação Civil Pública	Reajuste de aposentadorias e pensões pela mesma data e índice do RGPS	Sentença de extinção, interposta Apelação pelo sindicato
Sindjus X ERGS	Ação Civil Pública	Consideração do valor da substituição no pagamento do 13º salário	Sentença improcedente, interposta Apelação pelo sindicato, aguarda julgamento
Sindjus X ERGS	Ação Civil Pública	Consideração das médias das substituições, horas extras e gratificações das sessões do JEC no 13º salário	Continência com o processo acima, teve sentença improcedente e aguarda julgamento de Apelação interposto pelo sindicato
Sindjus X IPERGS	Ação Civil Pública	inexigibilidade das modificações nas contribuições previdenciárias de aposentadorias e pensões (nulidade da nova Instrução do IPE PREV)	Concluso para Sentença
Sindjus X ERGS	Ação Civil Pública	diferenças de correção monetária no pagamento acumulado do auxílio saúde de 2021 (retroativos)	Apresentada Réplica pelo sindicato
Sindjus X ERGS	Ação Civil Pública	diferenças de correção monetária no pagamento acumulado do auxílio saúde de 2022 (retroativos)	Apresentada Réplica pelo sindicato

A assessoria jurídica é um serviço do Sindjus disponibilizado exclusivamente aos filiadas e filiados. Para mais informa-

ções sobre os processos judiciais e administrativos, bem como sobre a atuação da Diretoria de Relações de Trabalho e

Assuntos Jurídicos, as servidoras e servidores poderão entrar em contato pelo e-mail juridico@sindjus.com.br.